

A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o caso de Ceuta)

– Ana Maria dos Santos

Resumo

Este artigo procura identificar e caracterizar socialmente a nobreza que participou na conquista de Ceuta (1415) e na manutenção da praça até 1437, bem como as suas motivações e contrapartidas para integrarem o processo expansionista régio para Marrocos. Tendo como fontes principais a *Crónica da Tomada de Ceuta* e a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, tenta-se também refletir sobre o papel que a presença portuguesa no Magreb teve (ou não) na reestruturação da nobreza pós-crise de 1383-85.

Palavras-chave: Ceuta; nobreza; expansão portuguesa; crónicas.

Abstract

This paper seeks to identify and socially characterize the aristocracy that participated in the conquest of Ceuta in 1415, and in its maintenance until 1437, as well as its motivations and counterparts to integrate the royal expansionist process into Morocco. Having as main sources the *Crónica da Tomada de Ceuta* and the *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, we try to reflect about the role that the Portuguese presence in the Maghreb had (or not) in the aristocracy's restructuring following the crisis of 1383-1385.

Keywords: Ceuta; aristocracy; Portuguese expansion; chronicles.

1. Introdução

Alguns aspectos da temática escolhida para desenvolver neste seminário não são novidade nem sequer campos pouco explorados na historiografia portuguesa. A gesta ultramarina lusa suscitou e suscita ainda intensos debates. Precisamente por marcar o início dessa aventura marítima, a conquista de Ceuta e os seus antecedentes – desde o contexto político-social até às motivações para a sua concretização em 1415 – foram alvo de reflexão por vários autores. Contudo, são, na maioria, análises que partem do ponto de vista régio e não aristocrático.

Inicialmente pensei trabalhar a participação da nobreza na expansão para o Norte de África ao longo do século XV. As ambições de quem dá os primeiros passos são, quase sempre, desproporcionadas e impraticáveis. Logo que comecei os levantamentos das fontes e bibliografia a consultar percebi que ou a cronologia ou o espaço teriam de ser restringidos. Acabaram por sê-lo ambos, optando por focar-me no ponto de partida de todo o movimento expansionista: a cidade de Ceuta entre o ano da sua tomada (1415) e o ano da morte do seu primeiro capitão, D. Pedro de Meneses (1437). Repensados os limites espaciais e balizas cronológicas, os objetivos deste artigo continuaram a ser sensivelmente os mesmos: conhecer os nobres que acompanharam D. João I na armada destinada a tomar a praça africana e aqueles que aí permaneceram para assegurar a sua defesa; perceber as motivações e contrapartidas da participação nessa empresa; por fim, compreender o papel deste grupo social no processo expansionista para Marrocos.

Além disso, pretendo no último capítulo deste trabalho refletir sobre a reestruturação da nobreza após a crise de 1383-85 e a articulação com o avanço para Marrocos nesse processo. No entanto, ressalvo que esse não é o meu objetivo central. Não será mais do que uma pequena reflexão com base nos dados fornecidos pela bibliografia consultada que, de qualquer modo, não se alonga nessa temática. É um exercício difícil por isso mesmo; avaliar o impacto da crise do final do século XIV exigiria recuar umas décadas para conhecer a aristocracia desde o reinado fernandino, senão mesmo de D. Pedro I. Para conhecer quem estava presente antes da mudança dinástica para perceber se permaneceu, desapareceu, caiu para posições secundárias ou, por outro lado, quem subiu de uma certa “marginalidade” para uma posição elevada.

Neste capítulo introdutório deixo algumas considerações sobre o estado da arte e questões metodológicas.

1.1. Estado da Arte

O tema desenvolvido desdobra-se em dois campos historiográficos: a expansão ultramarina e a nobreza. Não pretendo fazer uma listagem exaustiva e completa de toda a produção científica em torno destas temáticas que, aliás, seria quase impossível. Quero sim enumerar os autores e títulos que mais contribuíram para o avanço do conhecimento nas matérias que de forma direta dizem respeito a este trabalho.

Para a investigação da Expansão e Descobrimientos encontram-se várias obras e autores de referência. Um dos principais nomes na corrente de interpretação

romântica é Oliveira Martins. Sugeriu o historiador oitocentista que o infante D. Henrique arquitetara a conquista de Ceuta, pensando já atingir a Índia por via terrestre. Favorável a esta visão foi Joaquim Bensaúde, que colocou a tónica na questão religiosa, no desejo de luta proselitista no qual o infante D. Henrique teria tido uma atuação determinante. Tratava-se, no fundo, de alcançar o mítico reino do Preste João e estabelecer uma aliança com o poderoso monarca cristão.¹ O papel do infante foi amplificado durante o Estado Novo, acreditando-se mesmo na pretensa Escola de Sagres – ideia falsa e sem qualquer prova documental ou física que ateste a sua existência – que funcionaria como instituição de ensino na arte de navegar, cartografar, enfim, de promoção e suporte da expansão marítima. Resta mencionar o reforço do conceito de “Ínclita Geração”, à frente do seu tempo, promotora de novos e promissores rumos para Portugal. No que diz respeito aos agentes potenciadores do avanço para Marrocos, afirmaram Luciano Cordeiro, Pedro de Azevedo e Mário de Albuquerque que a nobreza estava ociosa desde as pazes com Castela e ansiava por oportunidades para retomar o exercício das armas. Visão muito diferente tinha António Sérgio, primeiro defensor da tese que sublinhou a importância dos interesses e papel da burguesia, em particular do núcleo próximo de D. João I, no projeto de conquistar Ceuta (publicou *Ensaio* entre 1920 e 1958). Foi pioneiro ao rever a interpretação tradicional do movimento da Expansão, intento declarado no sugestivo título de um desses ensaios: *A Conquista de Ceuta (Ensaio de Interpretação Não-romântica do Texto de Azurara)*. Jaime Cortesão e David Lopes focaram-se na localização estratégica da cidade para defesa do curso e pirataria muçulmanos, porque as costas do Algarve eram zonas atingidas por eles. Vítorino Magalhães Godinho, autor de *A Expansão Quatrocentista* (1945), reeditada recentemente com o mesmo título, foi responsável pela publicação de documentos relativos a este tema, numa compilação em três volumes designada *Documentos Sobre*

¹ Tese bastante desatualizada mas que, penso, não é inteiramente errada. Não é o meu objectivo explorar esta questão; contudo algumas interrogações foram surgindo na elaboração deste trabalho. O conflito entre os dois credos não estaria esquecido, pelo menos para o papado e para os monarcas, príncipes e principais senhores na Europa, particularmente os peninsulares, uma vez que tinham por “vizinhos” o reino muçulmano de Granada. Acrescente-se ainda a renovação de um espírito cruzadístico, de que são prova, por exemplo, as continuadas emissões de “bulas de cruzada” e a manutenção do bispado de Marrocos desde o século XIII (ver Visconde de Paiva Manso, *Africa Septentrional*, tomo I de *Historia Ecclesiastica Ultramarina* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1872), 84-89). António Dias Farinha declara, inclusivamente, que a nomeação do confessor da rainha D. Filipa para bispo de Marrocos em 1413 é um sinal claro da intenção, por parte dos monarcas portugueses, de garantir um domínio sobre esse território (António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos* (Lisboa: Instituto Camões, 1999), 4-5 e 53). A partir do século XV estava presente a ameaça crescente do imperialismo turco (A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, 1986, 543).

a *Expansão Portuguesa* (1943, 1945, 1956).² Este autor foi talvez o primeiro a enveredar por uma análise que englobasse várias dimensões: económica, social e política. Sem dúvida um marco na historiografia portuguesa, quer pelas inovadoras propostas, quer pela metodologia de investigação, Godinho traçou novos rumos para a forma de se pensar e escrever História. Godinho fez essencialmente uma história económica da Expansão; o plano social afigura-se secundarizado ou subordinado aos problemas económicos. Obras mais recentes vieram lançar novas leituras deste momento da História de Portugal. São exemplo disso *De Ceuta a Timor* (1994) da autoria de Luís Filipe Reis Thomaz; a *História da Expansão Portuguesa* (1998) organizada por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri; a *Nova História da Expansão Portuguesa* (1998) dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques; e *Os Portugueses em Marrocos* (2002) escrita por António Dias Farinha. Considere-se também a *Nova História Militar* (2003), com direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, em particular o capítulo dedicado à guerra no Norte de África, da autoria de Luís Miguel Duarte. Estas produções, naturalmente partindo de todos aqueles que antes refletiram sobre a temática, pesaram melhor todos os fatores, condições e contextos da Expansão Portuguesa. Isso saldou-se em novas perspetivas – creio que mais equilibradas e completas – sobre o assunto. Farei de seguida algumas considerações sobre o segundo campo historiográfico que deve ser analisado, inserido na história social: a nobreza. Interessa para este trabalho o século XV; ora, a aristocracia deste século parece estar esquecida na historiografia portuguesa. Para os séculos anteriores (XI-XIV) vários autores deram excelentes contributos para o conhecimento deste grupo social: José Mattoso, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Leontina Ventura, Bernardo Vasconcelos e Sousa, entre outros. Já para o século de Quatrocentos verifica-se um cenário muito pobre. Não procuro compreender as razões desta lacuna, mas salientar as dificuldades que isso causou para o meu trabalho. Apesar de um volume de bibliografia muitíssimo mais limitado, algumas obras vão contribuindo para preencher o vazio historiográfico. Destaco os títulos que, tanto quanto possível, conjugam nobreza e expansão ou me serviram de apoio bibliográfico.

Mais de oitenta anos depois, *Os Brasões da Sala de Sintra* (1921-1930) de Anselmo Braamcamp Freire permanecem um ótimo instrumento de trabalho. *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)* de Mafalda Soares da Cunha,

² Embora a revisão bibliográfica seja o objetivo principal neste ponto, creio ser importante deixar uma nota relativa à publicação de fontes. Sem a componente documental, o avanço do conhecimento histórico é gravemente limitado. Daí o valor da publicação de todo o tipo de fontes.

publicado em 1990; *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, da autoria de João Silva de Sousa (1991); *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, de Luís Filipe Oliveira, saído em 1999; uma série de pequenos estudos publicados no volume *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa no ano de 2000, ajudam a ir compondo o panorama da investigação nesta área.

No âmbito de dissertações académicas, saliento *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV: 1415-1464*, de Abel dos Santos Cruz (1995), *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, publicada como monografia no ano de 2004, e *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder*, de António Maria F. Pestana de Vasconcelos (2008).

Em síntese, destaco a aridez na produção historiográfica que reflita sobre o papel da aristocracia no projeto expansionista no Norte de África, ainda mais sobre o seu ideário, motivações e perspetivas. Quase todas as obras de síntese concentram-se no plano régio e tecem poucas ou nenhuma considerações sobre as posições tomadas, comportamentos e linhas de força do conjunto da nobreza na fase inicial da Expansão.

1.2. Questões Metodológicas

Resta indicar as fontes e metodologia utilizadas, os problemas que surgiram e as possíveis soluções encontradas no desenvolvimento deste trabalho.

Começo pelo levantamento de fontes. Para estudar o tema proposto existem diferentes tipologias: crónicas, livros de linhagens e nobiliários e documentação de Chancelaria. No caso das primeiras, dentro da cronologia pensada inicialmente (todo o século XV), incluíam-se as crónicas *da Tomada de Ceuta por el-Rei Dom Joham I, do Conde Dom Pedro de Meneses, do Conde Dom Duarte de Meneses*, todas de Gomes Eanes de Zurara, a *Crónica d'el Rei Dom João I*, de Fernão Lopes, as *Crónica d'el rei Dom Duarte* e *d'el rei Dom Afonso V*, redigidas por Rui de Pina. Dado o tempo limitado para este trabalho, optei por analisar apenas as duas primeiras, redefinindo desse modo as balizas cronológicas entre 1415 e 1437. Quanto a livros de linhagens, socorri-me ocasionalmente do *Livro de Linhagens do Século XVI* e do *Livro de Linhagens de Portugal*, redigido por Damião de Góis. O ideal seria consultar os *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, organizados por Pedro de Azevedo, os *Monumenta Henricina*, e o volume pertinente das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, da responsabilidade de António Caetano de

Sousa. Contudo, não foi possível explorar exhaustivamente todas estas fontes, pelo que tive apenas acesso indireto a alguma documentação através da bibliografia selecionada.

Mencionadas as fontes utilizadas, é tempo de abordar os problemas de análise que encerra a cronística. Em primeiro lugar, é acima de tudo uma narrativa. É o relato pessoal feito por alguém que, nos casos que aqui interessam, não esteve presente nos acontecimentos que narra. As crónicas sobre a tomada da cidade de Ceuta e dos feitos realizados na mesma durante a capitania de D. Pedro de Meneses foram redigidas, respetivamente, em 1450 e 1463. Isto significa que alguns – senão muitos – dos intervenientes nesses episódios já não viviam. Muitos testemunhos dados ao cronista vieram de parentes, amigos e companheiros daqueles que participaram nesses feitos.

O problema que se levanta a quem pretende conhecer uma realidade histórica através da cronística é sempre o mesmo: o que é ficcionado, exagerado, omitido ou atenuado. Ambas as crónicas foram encomendadas pelo rei D. Afonso V, *o Africano*; quanto da ideologia do reinado afonsino estará plasmada no texto? Até que ponto uma narrativa construída na segunda metade do século XV reflete mais o ideário do público ao qual se destina do que aquele que procura retratar? Nunca deve ser negligenciada a intencionalidade e parcialidade destes relatos. Na *Crónica da Tomada de Ceuta* o testemunho do infante D. Henrique está bem patente na desproporção de referências que lhe são feitas, ou a gente da sua companhia.³ A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* tem a dimensão de homenagem ao homem que, de forma exemplar, serviu e defendeu os objetivos da Coroa portuguesa em Ceuta. Por isso, a mando de D. Afonso V e a pedido da filha do capitão, D. Leonor de Meneses, elaborou-se uma crónica que perpetuasse e louvasse a memória do conde de Vila Real. Ainda em relação às dificuldades apresentadas pelo recurso a crónicas, as incoerências nos nomes das personagens, as datas e as relações de parentesco são fatores a ter em conta. Não são uma fonte muito fiável no que toca a este tipo de dados; nem tão pouco no conhecimento exato ou verdadeiro dos acontecimentos. Não obstante, é precioso o seu valor histórico. Procurei manter-me alerta para o perigo destes “discursos ficcionados”. São-no, claro, mas ainda assim transmitem – talvez melhor do que qualquer outro tipo de fonte –

³ As constantes referências ao infante na crónica não seriam, certamente, por mera disponibilidade de D. Henrique em dar o seu testemunho. Não será de negligenciar o facto de Gomes Eanes de Zurara ter possuído comendas da Ordem de Cristo – da qual o infante era Grão-Mestre –, além de ter recebido d’O *Navegador*, por doação, bens da Ordem em Leiria no ano de 1455. Ver Saul António Gomes, *D. Afonso V: o Africano* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 148.

representações mentais de grupos e de indivíduos da época, os seus horizontes, ambições e, enfim, aquilo que eram os homens (e também mulheres) de Quatrocentos.

Passo para o tratamento da informação levantada da fonte. Fui percebendo a ambiguidade de determinados conceitos, o que desde logo levantou um problema: de todos os indivíduos referidos, quem era nobre? Vários qualificativos são apresentados nas crónicas, como “nobre Fidalgo”, “homem de boa linhagem”, cavaleiro, escudeiro, vassalo, criado ou “almogávar”. Se os dois primeiros não levantaram muitas dúvidas, os restantes deixaram incertezas. Para séculos anteriores a arrumação hierárquica dos cavaleiros e escudeiros está relativamente bem estudada e conhecida; para o século XV é difícil perceber a sua posição no conjunto da sociedade. Armindo de Sousa afirmou que os cavaleiros do século XV são, sob diferentes aspetos, muito diferentes dos da centúria anterior. A guerra em Marrocos, o desempenho de funções e cargos administrativos ao serviço da Coroa, e, progressivamente ao longo de Quatrocentos, a participação no comércio marítimo, aumentaram substancialmente o número de cavaleiros, “aviltando” desse modo a categoria. Nesta cronologia os escudeiros assumem-se como um grupo específico e que não se confunde com os restantes. Quer Armindo de Sousa, quer A. H. de Oliveira Marques salientam que este designativo pode não indicar pertença à classe nobre, embora haja espaço para a nobilitação.⁴ O vassalo “é expressão muito ambígua. Designa fidalgos de qualquer categoria e também gente do povo, mesterais inclusive, os ubíquos “vassalos d’el-rei” [...]. O processo degradativo é fenómeno do século XV”.⁵

Todas estas “áreas cinzentas” se acentuam no caso dos “almogávares”. Não foi fácil encontrar respostas; em alguns casos foi mesmo impossível. Os dados fornecidos por Anselmo Braamcamp Freire estavam à partida limitados a linhagens, e apenas a algumas. João Silva de Sousa foca-se somente nos membros da casa do infante D. Henrique. Centenas de homens, mas, ainda assim, uma parte e não o todo. No que toca a Abel dos Santos Cruz, cuja dissertação se concentra na *nobreza* em Marrocos, ficaram algumas reservas relativamente à metodologia seguida e à definição de critérios para distinguir nobres de não-nobres. Incluiu nas suas listas indivíduos que na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* são identificados como almogávares, escudeiros e

⁴ Armindo de Sousa, “A Socialidade (Estruturas, Grupos e Motivações)”, José Mattoso (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), II, 375. Marques, *Portugal*, 248-249.

⁵ Sousa, “A Socialidade”, 373.

vassalos (sendo já atrás evidenciada a ambiguidade destes conceitos),⁶ não apresentando para alguns qualquer documento que sustente ou sugira que são, de facto, nobres. Além disso não reflete acerca das prováveis distinções hierárquicas e, acima de tudo, de comportamentos, objetivos e horizontes dentro deste grupo social.

Nuno Silva Campos investigou numa cronologia que coincide com a nossa e, embora não se concentrando no conjunto da nobreza como fez Abel dos Santos Cruz, estabeleceu critérios que parecem mais claros, ainda que não estanques. Considera como “elite” os “nobres homens”, “fidalgos de valor” e os do conselho de notáveis. A baixa nobreza é composta por cavaleiros, homens de armas e escudeiros. Os “almogávares” são os escutas e batedores: “rápidos e levemente armados, parece que compreendiam sobretudo “populares”, mas também soldados experimentados, e por vezes escudeiros”.⁷

Para concluir esta introdução, resta-me explicar como construí a base de dados. Consideradas todas as reticências em relação à condição social de alguns indivíduos, optei por fazer um registo por excesso, esperando encontrar respostas na leitura de bibliografia. Incluí todos os nomes que surgiram nas crónicas, excetuando aqueles que eram claramente estrangeiros ou “populares”. Só alguns campos foram pré-estabelecidos, acrescentando outros sempre que a informação parecia relevante. Contam-se, então, os seguintes campos: nome, alcunha, referência, filiação, matrimónio, parentescos, descendência, presença em Ceuta⁸, cargo/função, titulação, criados, observações e citações.

2. Ceuta: Quem Foi e Quem Ficou

No dia 25 de julho do ano de 1415 saiu da baía do Tejo a armada do rei de Portugal, D. João I, composta por 63 naus, 59 galés, 120 fustas e embarcações menores.⁹ A bordo iam infantes, fidalgos, ricos-homens, capitães, besteiros, enfim, dezenas de milhares de guerreiros. O destino era, para a esmagadora maioria, desconhecido; assim o conta a *Crónica da Tomada de Ceuta*. Os navios aportaram em

⁶ É o caso de Afonso Bugalho, Álvaro Guisado, Álvaro Mendes de Beja, Álvaro Vaz Tisnado, João das Águias, entre outros. Quando aponta para documentos de Chancelaria, são muitas vezes pagamentos de soldo, isenções de serviço militar por já terem estado nas praças marroquinas ao serviço do rei, perdões régios, ou seja, disposições que podem visar qualquer estrato social.

⁷ Nuno Silva Campos, D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437) (Lisboa: Colibri, 2004), 65.

⁸ Este campo serve para indicar, na medida do possível, em que anos foram para a praça, se temporária (em momentos de socorro) ou prolongadamente.

⁹ Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV: 1415-1464* (Porto: Edição de Autor, 1995), 35.

Lagos, passaram por Faro até chegar a Algeciras, daí rumando para o local desejado, Cepta, ancorando num porto próximo dessa cidade a 20 de agosto, depois de incontáveis peripécias. No dia seguinte, a cidade foi conquistada e, de marroquina passou a portuguesa, de muçulmana tornou-se cristã.

Quem acompanhou o monarca nesta grande expedição militar? A lista é extensa e, como referi na introdução, o cruzamento dos dados retirados das crónicas com os da bibliografia nem sempre permitiu perceber quem desse rol de guerreiros pertencia à nobreza, nem tão pouco a que “patamar” dentro deste grupo social. Não obstante, a tarefa é mais fácil para identificar aqueles que foram do que para aqueles que ficaram. Assim,

dos fidalgos e nobres iam Castros, Noronhas, Freires, Mouras, Silvas, Cunhas, Sousas, Távoras, Nogueiras, Pereiras, Sás, Figueiredos, Silveiras, Santaréns, Barretos, Cerveiras, Abreus, Coutinhos, Lemos, Brites, Cabrais, Ozens, Almeidas, Albergarias, Mascarenhas, Alenqueres, Azevedos, Vasconcelos, Monises, Araújo, Fogaças, Carvalhais, Sequeiras, Arcos, Refóios, Almadas, Ataídes, Malafaias, Tabordas, Curutelos, Peixotos, Lobatos, Barbudas, Ribuais, Lobos, Cernaches, Ferreiras e outros.¹⁰

Constata-se a presença de praticamente toda a nobreza fixada no reino;¹¹ antigas e novas linhagens, famílias poderosas e outras obscuras, grandes terratenentes e pequenos funcionários da administração régia. Parece proporcional o número de nobres que acompanharam o rei em relação à dimensão da armada. Além disso, estes estariam naturalmente propensos, pela natureza intrínseca da sua condição social, a acompanhar o monarca num projeto militar.¹²

Conquistada a cidade, fez-se a pergunta: o que fazer dela? D. João I reuniu o seu conselho e iniciou-se o debate, dividindo os homens. Por um lado, havia a fação favorável a destruir e abandonar a praça. Esta alegava que os encargos da manutenção ficariam à responsabilidade da Coroa, o número de gente necessária para aí ficar era elevado e fazia falta no reino, e as ações de socorro seriam difíceis dada a distância entre Ceuta e Portugal. Apontava ainda que não existia certeza de aí se retirar provento

¹⁰ Anselmo Braamcamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), III, 201.

¹¹ Seria interessante descobrir as ausências, sendo os Limas um exemplo disso. Não há qualquer referência a um membro desta família nas duas crónicas analisadas. Para saber quem faltou era preciso conhecer o conjunto da nobreza presente em Portugal no início do século XV. Não tivemos essa possibilidade.

¹² Mais uma vez devo referir o espírito neo-cruzadístico de Quatrocentos, o revivalismo cavaleiresco que se acentua cada vez mais ao longo do século XV. Ver Gomes, *D. Afonso V*, 177-179.

material.¹³ A estes argumentos responderam aqueles que se inclinavam para a continuidade da presença de portugueses na praça africana. Disseram ao rei que devia fazê-lo porque era serviço de Deus e constituiria “muy grande fama de [sua] honra”. A questão material – o proveito – era secundária relativamente à honra.¹⁴ Além disso, a destruição da cidade parecia “aos gerais mais obra de roubo, que auto de Cavallaria”.¹⁵ O duelo de palavras transmite a fratura nas opiniões, ambições e prioridades dentro do conselho régio e, creio, da nobreza. Avaliando pelas frases atribuídas aos dois grupos – infelizmente não especificando indivíduos – “honra e proveito” não são indissociáveis.

D. João I decidiu que Ceuta era para manter e não para destruir. Era serviço de Deus “fazer guerra aos Mouros” africanos e impedir o auxílio destes ao reino de Granada; Marrocos abria espaço à nobreza para o exercício das armas; o rei pensava poder criar aí um “couto de homiziados” de Portugal;¹⁶ e não menos importante era assegurar que se mantinha viva a memória desse momento glorioso do fundador da nova dinastia.¹⁷ Feita a opção, outra se exigia: quem ficava? Para o cargo de fronteiro e capitão de Ceuta o conselho propôs em primeiro lugar D. Nuno Álvares Pereira, o condestável do reino. Pediu para ser escusado porque “a natureza [...] tem jaa trazido a tanta fraqueza, que por nenhum modo poderia soportar semelhante trabalho; [...] e quem quer que a [cidade] ha de ter, nom lhe compre dormir seu sono chêo”.¹⁸ A segunda nomeação recaiu sobre Gonçalo Vaz Coutinho, marechal do reino, que também recusou porque a idade e “outras cousas” o impediam de desempenhar semelhante tarefa. O rei apontou pessoalmente Martim Afonso de Melo, o seu guarda-mor. Este consultou os homens da sua companhia, em particular um João Gomes Orvalho e um Álvaro Vaz Tisnado, que o aconselharam a não aceitar o cargo. O escolhido de D. João I desculpou-

¹³ “Senhor [...] Vossa merce deve bem consirar a força de Vossos Reynos, e o que elles podem soportar, e nom lhes dardes moor carrega daquella, que a elles fôr possível de consentir [...]: certo he, que o reter desta Cidade ao seu derradeiro fim, não he outra cousa, se não fama, e nome, ca de proveito, que se á Coroa Real possa seguir, nom se póde pelo presente conhecer” (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* (Porto: [s.n.], 1988), 20-21).

¹⁴ “Nom he duvida [...] que o conselho destes Senhores nom pareça razoado aaquelles, que antepoem as cousas proveitozas ás honrozaz, o que Deos nom quizesse, que se tal dezejo e vontade allojasse nas Cazaz dos Principes, e Senhores” (Zurara, *Crónica do Conde*, 23).

¹⁵ Zurara, *Crónica do Conde*, 20.

¹⁶ A título de curiosidade veja-se a argumentação em relação a este ponto: “e quanto he á outra gente mais miuda melhor he, que os que vós mandais pera Castella com degredos, venham aqui servir, e estar, que nos Regnos alhêos, onde se desnaturam da terra, e que taes hy ha, e andam os mais, que nunca a ella tornam” (Zurara, *Crónica do Conde*, 25). Para o monarca esta seria – e, de resto, veio a ser décadas depois – uma forma eficaz de abastecer as praças marroquinas de gente que as guardasse, defendesse e povoasse. Era útil e proveitoso para a Coroa redirecionar essa “gente mais miuda” – e também os nobres? – de Castela para Ceuta. Fica a dúvida se, para eles, essa alteração resultava positiva.

¹⁷ Zurara, *Crónica do Conde*, 25-28.

¹⁸ Zurara, *Crónica do Conde*, 26.

se afirmando que “nunca pôde fazer com os seus, que quizessem com elle ficar; caa eram os mais delles cazados, e homens de sua criação taes, que com afeição que lhes tinha, socegou em aquelle cazo”.¹⁹ Surge então o quarto candidato, aquele que ficaria no posto até à morte: D. Pedro de Meneses. Refere a crónica que foi uma auto-proposta, apoiada pela intervenção do seu primo, D. Lopo Dias de Sousa,²⁰ mestre da Ordem de Cristo, e D. Álvaro Gonçalves Camelo, prior da Ordem do Hospital, junto do infante D. Duarte, que o sugeriu ao seu pai.²¹ A proposta foi aceite e D. João I terá prestado o devido reconhecimento ao seu fronteiro, dizendo-lhe: “nom pensees, que nom conheço com quanto trabalho assy do espirito, como do corpo se isto ha de comprir, e de manter”. Isto porque sendo “EIRey Dom Johão homem de grande entendimento [...] conhecia bem, que aquella gente, que alli ficava avia grande duvida em sua ficada”.²²

Entregue a capitania, podia finalmente o rei regressar a Portugal. Deixou para trás uma guarnição de guerreiros para assegurar a defesa da cidade: muitos contrafeitos, alguns aventureiros e, talvez a minoria, os “nobres [que] pretende[m] ficar na guarnição da cidade, acompanhados por dependentes seus, para “acrescentarem em suas honras””.²³ Retornado D. João I a Portugal, estando em Tavira, foi chegado o momento de distribuir mercês como recompensa pelo serviço em Ceuta.²⁴ Os infantes D. Pedro e D. Henrique receberam, respetivamente, os ducados de Coimbra e de Viseu. D. Afonso, também filho de D. João I... – não o menciona a crónica. Só se tornou o primeiro duque de Bragança em 1442, já na regência do meio-irmão.²⁵ Mas regressemos a Ceuta.

Em primeiro lugar, é de sublinhar que “não são iguais para todos os motivos que levam as gentes a ficar em Ceuta. Temos logo de distinguir os que permanecem por

¹⁹ Mencionados os dois homens na *Crónica da Tomada de Ceuta*, respetivamente, como João Gomes Arnalho e João Jusarte. Pela sua responsabilidade na decisão de Martim Afonso de Melo, D. João I quis que ficassem em Ceuta (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. Joham I* (Lisboa: Academia das Ciências, 1915), 262. Zurara, *Crónica do Conde*, 27).

²⁰ Aparece na crónica como sendo tio (Zurara, *Crónica do Conde*, 27), mas é na verdade primo em segundo grau. Ver esquema genealógico 4 em Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990).

²¹ Nuno Silva Campos destaca que D. Pedro não se socorreu primeiro do seu vínculo institucional ao infante, de quem era alferes, mas do laço familiar que o unia a D. Lopo Dias de Sousa. Este era filho de D. Maria Teles que, por sua vez, era prima direita do pai de D. Pedro, D. João Afonso Telo, conde de Viana do Alentejo (Freire, *Os Brasões*, III, 121-122). Em relação a D. Álvaro Gonçalves Camelo aponta o denominador comum do exílio em Castela (1399-1403), o que poderia ter funcionado como fator de solidariedade no apoio à nomeação de D. Pedro (Campos, *D. Pedro*, 50).

²² Zurara, *Crónica do Conde*, 32-33.

²³ Campos, *D. Pedro*, 58.

²⁴ Zurara, *Crónica da Tomada*, 268.

²⁵ Talvez por isso Oliveira Martins tenha escrito, muito em tom anedótico: “Foi talvez o conde de Barcelos a única pessoa que não voltou feliz de Ceuta” (Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Ulisseia, 1998), 70).

vontade própria dos que ficam por ordem dos seus senhores”.²⁶ Tomaram-se as diligências para prover ao mantimento e defesa da praça e a guarnição militar destacada ficou composta por cerca de 2500 a 2700 indivíduos. Da Casa do Rei ficaram 300 escudeiros sob o comando de Lopo Vaz de Castelo-Branco, monteiro-mor; do infante D. Duarte permaneceram mais 300 escudeiros sob a liderança do seu alferes, que era o próprio capitão de Ceuta; da parte do infante D. Henrique outros 300 escudeiros comandados por João Pereira, “o Agostinho”, a quem foi também incumbida a guarda de Santa Maria de África; 250 escudeiros da Casa do infante D. Pedro, que nomeou Gonçalo Nunes Barreto para capitão, e a quem foi entregue a torre de Fez, no muro da cidade; os escudeiros de Évora e Beja ficaram à responsabilidade de Álvaro Mendes Cerveira, que era também guarda da Torre de Madraba. Por fim, os 600 besteiros do conto e os “arnesados” de Lisboa eram encargo, respetivamente, de Álvaro Eanes “Cernache” Vieira, o anadel-mor dos besteiros de cavalo, e que guardava a Couraça e a Taracena, e de Fernão Barreto.²⁷ Antes de apontar outros indivíduos mencionados na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, deixo só alguns dados que foi possível recolher sobre estes que acabei de listar.

Lopo Vaz de Castelo-Branco era filho de Martim Vasques, alcaide da Covilhã.²⁸ Sucedeu-lhe na alcaidaria e foi casado com Catarina Pessanha, de quem teve dois filhos varões, e que permaneceram com ele em Ceuta: Nuno Vaz, o primogénito, e Gonçalo

²⁶ Campos, *D. Pedro*, 57. Clamaram vozes desesperadas: “nós outros, que aqui ficamos somos feitos como desterrados, a que os merecimentos dos malefícios trouverão causa de morte corporal [...] ou sómos dados como por sacrificio nas mãos destes infieis [...] e por certo que o nosso Rey nom será pouco obrigadode dar conta de nós ante a presença daquelle Senhor de cuja mão recebeo o Real poderio, onde lhe será caramente demandado nosso sangue, e por ventura nossos pecados; pois por elle soamente acrecentar em sy mais honra, nos leixa em tanto desamparo” (Zurara, *Crónica do Conde*, 38-39). Terá sido necessário o discurso do primeiro capitão de Ceuta para acalmar a revolta dos angustiados: “Ó Companha pusilanima de corações mulharigos, e afeminados, dizei-me, porque chorades? [...] nós nom soamente lhes defenderemos a Cidade, mas ainda lhes tomaremos toda a outra terra, que injustamente possuem, em que os Christãos jaa teverão Senhorio [...] e que a vossa honra será pera sempre muito maior, que de quantos aqui vierom, nem ao diante viráõ” (Zurara, *Crónica do Conde*, 42-43).

²⁷ Zurara, *Crónica do Conde*, 29-31. Campos, *D. Pedro*, 55-56.

²⁸ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008), I, 291. A bibliografia lançou, de resto, muita confusão acerca deste homem. Anselmo B. Freire apontou-o como filho de Gonçalo Vaz de Castelo-Branco, «senhor da honra do Sobrado e direitos reais de Paiva» em 1386, e irmão de Nuno Vaz de Castelo-Branco. Além deste seria também irmão de Paio Rodrigues, Pêro Vaz, Gil Vaz, Diogo Soares e João Soares com quem teria estado na conquista de Ceuta (Freire, *Os Brasões*, III, 218). Humberto Baquero Moreno afirmou que era alcaide de Moura, não fazendo referência à Covilhã (Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979-1980), II, 754). Abel dos Santos Cruz também indicou a alcaidaria de Moura e não da Covilhã (Cruz, *Nobreza*, 52). Segundo o esquema genealógico proposto por António Pestana de Vasconcelos, o primeiro Lopo Vaz associado ao mesmo tempo ao cargo de monteiro-mor (1469) e alcaide de Moura é neto deste Lopo Vaz, alcaide da Covilhã, presente em Ceuta. Dos supostos irmãos Paio Rodrigues, João e Diogo Soares não encontrei confirmação de parentesco. O facto de surgirem com diferentes patronímicos sugere que sejam meios-irmãos.

Vaz. O primeiro sucedeu-lhe na montaria, desempenhou o cargo de almirante, e foi também alcaide, já não da Covilhã, mas de Moura. O secundogénito foi conselheiro, chanceler e escrivão da puridade de D. Afonso V, almotacé-mor e vedor da Fazenda e primeiro Governador da Casa do Cível. Escreveu António M. F. Pestana de Vasconcelos que desde os inícios do século XIV esta linhagem “vinha gradualmente aumentando a sua influência e o seu poder junto da corte [e] acabou por ascender, já nos inícios do século XVI, à categoria hierárquica que denominamos de alta nobreza de corte”.²⁹ Foi graças a esse “salto” dado pelo filho do Gonçalo Vaz atrás mencionado, que Martim Vaz viu ser-lhe atribuído o condado de Vila Nova de Portimão.³⁰ Ocuparam então os descendentes de Lopo Vaz de Castelo-Branco funções militares, como o próprio, e administrativas, o que lhes terá granjeado o reconhecimento dos monarcas portugueses.

João Pereira, “um dos doze de Inglaterra”, era o segundo filho varão de Gil Vaz da Cunha e de D. Isabel Pereira, irmã de D. Nuno Álvares Pereira; significa, portanto, que este João era sobrinho do condestável.³¹ Diz na *Crónica da Tomada de Ceuta* que andara a servir o rei inglês em terras francesas antes de 1415.³² João Silva de Sousa assinala-o como sendo escudeiro e criado da Casa do infante D. Henrique, mas em 1460 é elevado a cavaleiro.³³

Da linhagem de Gonçalo Nunes Barreto diz António M. F. Pestana de Vasconcelos o seguinte: “podemos situar hierarquicamente entre a média nobreza de corte, representando o Algarve a sua área de influência. Surge ligada a cargos de natureza administrativa, [...] a cargos de natureza militar”. Herdou, pelo casamento com Isabel Pereira – filha do comendador-mor da Ordem de Santiago, Diogo Pereira –, a comendadoria de Castro Verde e de Santiago.³⁴ A cronística atribuiu-lhe um filho de nome Fernão que foi morto em Ceuta; talvez seja Fernão Pereira Barreto, que casou com Catarina de Sequeira.³⁵ Depois do regresso de Ceuta, Gonçalo Nunes tornou-se conselheiro de D. João I. Foi alcaide-mor de Faro no reinado de D. Duarte e na regência de D. Pedro. Com certeza o laço institucional ao infante permitiu-lhe a nomeação como

²⁹ Vasconcelos, *Nobreza*, I, 293.

³⁰ Vasconcelos, *Nobreza*, I, 291.

³¹ Freire, *Os Brasões*, I, 169-170. Vasconcelos, *Nobreza*, I, 347.

³² Zurara, *Crónica da Tomada*, 263-264.

³³ João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique* (Lisboa: Livros Horizonte, 1991), 437.

³⁴ Vasconcelos, *Nobreza*, I, 275-278.

³⁵ Zurara, *Crónica do Conde*, 182-183. Vasconcelos, *Nobreza*, I, 275. No entanto, não encontrei dados suficientes para confirmar se se tratava do mesmo filho, nem sequer se era realmente filho de Gonçalo Nunes.

fronteiro do Algarve durante a regência do mesmo. Continuou a sê-lo mesmo depois da batalha de Alfarrobeira porque aí tomou o partido de D. Afonso V.³⁶

O capitão dos escudeiros de Évora e Beja, Álvaro Mendes Cerveira, ficou acompanhado de um suposto irmão, Mendo Afonso,³⁷ juntando-se-lhes depois um outro irmão, Rui Mendes Cerveira. De Álvaro Mendes não foi possível descobrir muito mais. De Rui Mendes sabe-se que “logo no começo de sua mancebia se passára em Ingraterra [...] se acertou de ser na batalha d’Ajancurta”. Foi depois de saber do episódio da conquista de Ceuta que foi servir nessa praça africana.³⁸ Ocupou a aposentadoria-mor nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V e, em 1438, a alcaidaria do castelo de Arronches. Casou com D. Isabel, filha do escrivão da puridade de D. João I, Gonçalo Lourenço de Gomide; morreu em 1449, combatendo pelo rei em Alfarrobeira.³⁹ Sobre Álvaro Eanes “Cernache” Vieira foi possível averiguar que era senhor da colheita anual de Coja, do casal de Andoinha e da lutuosa dos besteiros do reino.⁴⁰

Fernão Barreto, o que comandava os “arnesados” de Lisboa, era da casa do infante D. Pedro e Abel dos Santos Cruz apresentou-o como cavaleiro-fidalgo.⁴¹ Não possuo dados para confirmar se é o mesmo Fernão, também da casa do infante, que permaneceu ao serviço da Coroa portuguesa em Ceuta durante vinte e seis anos.⁴²

Acerca de D. Pedro de Meneses falarei no capítulo seguinte, dada a sua situação excepcional.

Fiz estas referências aos homens designados para os principais cargos militares para tentar perceber qual era a sua posição no conjunto da nobreza portuguesa dos inícios de Quatrocentos. À exceção de D. Pedro, creio que os restantes podem encaixar-se na média nobreza de corte, ou pequenos terra-tenentes sem uma base de poder e influência muito forte. São, portanto, indivíduos que pela via do serviço militar procurariam ascensão social e melhorar a sua condição material.

Além daquelas famílias e indivíduos já mencionados (Barreto e Castelo-Branco), verifica-se a permanência de vários Azevedo.⁴³ Esta linhagem, segundo António M. F.

³⁶ Moreno, *A Batalha*, II, 733-735.

³⁷ Humberto B. Moreno afirmou que era pai e não irmão de Álvaro e Rui Mendes. Parece lógico que assim seja; utilizavam o patronímico Mendes, isto é, filhos de Mendo (Moreno, *A Batalha*, II, 770).

³⁸ Zurara, *Crónica do Conde*, 116.

³⁹ Moreno, *A Batalha*, II, 770-771.

⁴⁰ Cruz, *Nobreza*, 37 e 69.

⁴¹ Cruz, *Nobreza*, 75.

⁴² Moreno, *A Batalha*, II, 266. Foi também corregedor da comarca do Algarve.

⁴³ Os dois irmãos Lopo Dias de Azevedo e Martim de Crasto, ambos filhos de Diogo Gonçalves de Crasto e de Aldonça Anes Coelho, permaneceram em Ceuta. O mais velho, Lopo, era “fidalgo dos reis D. Fernando e D. João I, senhor de Aguiar de Pena, S. João de Rei e doutras terras” (Moreno, *A Batalha*, II, 729). Em Ceuta permaneceu na companhia (ainda antes do cerco), além do irmão, dos três filhos que teve com Joana

P. de Vasconcelos, representa a “média nobreza de corte [...] ligada ao exercício de cargos de natureza militar”.⁴⁴ Destaca-se também Pêro Gonçalves “Malafaia”, vedor da Fazenda de D. João I.⁴⁵ Ou seja, em traços gerais, parecem ser linhagens secundárias ou filhos segundos e membros “marginais” dos troncos principais das famílias mais importantes que têm interesse – ou necessidade – em ficar na cidade de Ceuta. Há exceções, claro, como é o caso de Estêvão Soares de Melo, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Mécia Vaz de Resende.⁴⁶ Este Martim Afonso foi 5.º senhor de Melo, senhor de Linhares, Seia, Gouveia, Celorico e Penamacor, e aquele que “teve a triste glória de ser “o primeiro que se veo pera elRey de Castella””, segundo as palavras de A. B. Freire. Apesar da sua ascendência, esteve presente na conquista de Ceuta em 1415 e lá permaneceu a defendê-la. Dos Silvas ficou Rui Gomes, que era filho de Aires Gomes, o Velho, e neto de Martim Gomes da Silva, o Moço, senhor de Ourém, alcaide de Santarém nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV.⁴⁷ Deste Rui Gomes, devido ao casamento com uma filha de D. Pedro de Meneses, falarei no capítulo seguinte.

Nuno Silva Campos sublinhou que há duas fases muito distintas no período inicial da presença portuguesa em Ceuta. Parece-me importante acrescentar nesta distinção a assiduidade de certos indivíduos e linhagens. Até ao grande cerco de 1418 desaparecem as referências a membros das linhagens Castro, Cunha,⁴⁸ Coutinho,

Gomes da Silva: Martim, Fernão e João. Ao segundo, que foi Comendador-mor da Ordem de Cristo, é feita apenas uma referência na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. O último, João, foi senhor de S. João de Rei. Atribuiu-lhe Gomes E. de Zurara outro filho, Pêro Lopes, que morreu num ataque à aldeia do “Albegal” (Zurara, *Crónica do Conde*, 111-114). Não consta este filho no esquema genealógico de A. M. F. P. de Vasconcelos (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 265). Sobre Martim de Crasto escreveu A. B. Freire: “cavaleiro da casa do conde de Barcelos D. Afonso, o futuro 1º duque de Bragança, serviu denodadamente em Ceuta desde o ano de 1416, e no de 1419 ajudou a defender a praça do apertado cêrco pôsto pelos Moiros. [...] Os filhos e netos de Martim de Crasto continuaram a servir a casa de Bragança, que durante umas poucas de gerações manteve os primogénitos na alcaidaria mor” de Melgaço (Freire, *Os Brasões*, I, 70).

⁴⁴ Vasconcelos, *Nobreza*, I, 267.

⁴⁵ Freire, *Os Brasões*, II, 353. Moreno, *A Batalha*, II, 716.

⁴⁶ A. B. Freire aponta D. Inês de Brito e não D. Mécia Vaz como sendo sua mãe. Freire, *Os Brasões*, I, 409-410. Vasconcelos, *Nobreza*, I, 431.

⁴⁷ Vasconcelos, *Nobreza*, I, 523.

⁴⁸ São mencionados três homens com apelido Cunha: Luís Vaz e Lopo Vaz (irmãos), e Luís Álvares (Zurara, *Crónica do Conde*, 30). Creio que não têm ligação aos Cunhas a que me quero referir, quer ao ramo dos senhores de Tábua, quer ao dos senhores de Pombeiro. Abel dos Santos Cruz indicou que Lopo Vaz foi senhor da Ponte de Almeira e Maia, Luís Vaz apenas que era cavaleiro, e Luís Álvares mestre-escola, senhor de Baião, Lage, S. Salvador e quinta dos Calvos (Cruz, *Nobreza*, 87-88).

Mascarenhas,⁴⁹ Noronha, Pereira,⁵⁰ Sousa.⁵¹ Todas tiveram um ou vários membros na conquista em 1415. Depois, parece que regressaram ao reino e em Ceuta ficaram, pelo menos até ao grande cerco, famílias ou membros de linhagens secundárias. Depois de 1418-19 surgem novamente as principais: os mesmos que estiveram na tomada em 1415 e outros que, pela tenra idade, não puderam. A partir daí o afluxo destas famílias (e não só) é maior e contínuo. Contudo, mantém-se o cenário relativamente à permanência prolongada. A maioria não parece ficar por muito tempo. Participam nas expedições de socorro ou vão auxiliar durante períodos breves.

Não é possível, num trabalho desta dimensão, traçar com detalhe o percurso de cada uma destas linhagens. Além disso, a minha análise parte essencialmente da crónica que, como foi visto no capítulo introdutório, tem limitações. Dito isto, a ideia que transparece é a que acabou de ser exposta.

De outros tantos haveria algo a dizer, mas o tempo limita.⁵² Houve necessidade de focar a atenção apenas em alguns e optei por centrar-me naqueles que, ou pela

⁴⁹ Já na conquista da cidade só Álvaro Fernandes Mascarenhas é mencionado. É este irmão de Fernão Martins, que foi Comendador-mor da Ordem de Santiago (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 415).

⁵⁰ Encontra-se um João Pereira – o Agostinho – que adotou o apelido da mãe e não do pai. Pela via materna, embora não seja de menosprezar a ligação familiar prestigiosa, estava longe de ser “cabeça” de linhagem. Por via paterna, era secundogénito. Tudo isto colocá-lo-ia numa posição mais difícil para aceder a cargos e património. Talvez isso tenha conduzido ao serviço no estrangeiro, procurando ascensão social e material. Ficou também em Ceuta um João Álvares Pereira. Será o senhor da terra de Sta. Maria, filho de Álvaro Rodrigues Pereira, marechal de Portugal? (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 493). Parece improvável que se trate do mesmo. Em primeiro lugar porque teria já uma idade avançada; segundo porque creio que, a sê-lo, na crónica haveria menção a essa ligação familiar, pela sua distinção. De qualquer modo, aparece apenas duas vezes, associado ao corso, e, portanto, nada indica que tivesse permanência continuada na praça africana. Encontrei também um Rui Vaz Pereira, que Abel dos Santos Cruz indica que é senhor da quinta e honra de Frazão (Cruz, *Nobreza*, 94). Neste caso é igualmente difícil relacioná-lo aos Pereira a que me refiro.

⁵¹ O primeiro voluntário para ficar em Ceuta foi Rui de Sousa, indicado na crónica como pai de Gonçalo Rodrigues de Sousa, “que foy capitam dos genetes destes rregnos”, e sobrinho de D. Lopo Dias de Sousa (Zurara, *Crónica da Tomada*, 212) mas que Anselmo B. Freire disse ser primo segundo (Freire, *Os Brasões*, III, 210). Abel Cruz apresenta-o com a alcaidaria de Marvão (Cruz, *Nobreza*, 94). Cruzando com o esquema genealógico construído por António M. F. P. de Vasconcelos (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 541 e 543), o único Rui de Sousa que aparece era o senhor de Beringel e não teve nenhum filho Gonçalo. O membro da família que foi capitão dos ginetes de D. Afonso V era o irmão desse Rui de Sousa, e chamava-se Vasco Martins. No entanto, em nota, o mesmo autor refere-o, efetivamente, como sendo pai de Gonçalo Rodrigues de Sousa, que foi alcaide do castelo de Marvão, Idanha, Montalvão e Nisa na Ordem de Cristo, e capitão dos ginetes de Afonso V (543-544). Seja como for, Rui de Sousa parece ocupar um lugar secundário no tronco principal dos Sosas.

⁵² Caso curioso e interessante é o dos Portocarreiro. São vários (Gil Vaz, Diogo Vaz, Lopo Vaz, João Rodrigues e Pedro) e alguns são mencionados com frequência. Na bibliografia não encontrei referências a estes homens e, na impossibilidade de consultar mais bibliografia e outras fontes, não foi possível perscrutar a sua ascendência. Contudo, enumero apenas algumas possibilidades. 1) São parentes de Martim Fernandes de Portocarreiro, alcaide de Tarifa. Este e o seu filho Pêro Fernandes são mencionados na Crónica da Tomada de Ceuta. Pedro Portocarreiro aparece na Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses quando o conde o investe da honra de cavalaria. Diz Gomes E. de Zurara que são primos (Zurara, *Crónica do Conde*, 375). Não sei se poderá ser o Pêro Fernandes, filho de Martim Fernandes. 2) João Rodrigues de Portocarreiro, também armado cavaleiro em Ceuta, pode ser descendente do homónimo, pai de D. Maior Portocarreiro, apoiante do partido castelhano durante a crise de 1383-85. 3) Gil, Diogo e Lopo Vaz partilham

quantidade de referências, ou pela preponderância que assumem no relato cronístico, me pareceram mais significativos.

No ponto seguinte tentarei caracterizar as linhas de ação da presença portuguesa em Ceuta entre 1415 e 1437, e perceber como foi conduzida a sua governação e a gestão militar e humana, procurando sempre situar o papel dos nobres nesses episódios.

3. A Aventura Magrebina. Ação Militar, Administrativa e Social.

3.1. Uma Difícil Gestão do Corpo Militar (Cavalgadas, Corso e a Procura de Promoção Social Através da Guerra)

Devem ter sido difíceis os primeiros anos em Ceuta. A *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, desde o início, denuncia o tom homenageante dos feitos do capitão. Antes de partir, D. João I empossou-o de poderes alargados: nomear oficiais de justiça e fazenda – tal como ele próprio faria –, dar casas e terras na cidade e imediações aos restantes homens; tinha o direito ao quinto das cavalgadas e presas do mar e da terra.⁵³

Logo após a saída da armada régia de regresso a Portugal, D. Pedro de Meneses tratou de animar os seus homens e prover à defesa da praça. Conforme já havia mencionado, Nuno Silva Campos destaca duas fases distintas de atuação por parte deste. A primeira, até ao grande cerco (1418-19), onde toma as decisões sobre surtidas, quem lidera e participa nelas, sobre onde se vai atacar, entre outros aspetos, com o conselho da cidade. Aconselham-no – e repreendem-no⁵⁴ – frequentemente os mais velhos presentes: Gonçalo Nunes Barreto e Álvaro Mendes Cerveira. Na segunda fase (após o cerco) essa prática desaparece ou perde importância. Vários fatores podem ter contribuído para esse facto, mas Nuno Campos afirma que o mais provável é que se deva ao regresso de outros membros do conselho ao reino, ou à afirmação da autoridade do capitão: o seu valor militar parece muito ter contribuído para a manutenção da guarnição num momento extremamente difícil. À primeira fase em que

o apelido dos outros Portocarreiro presentes em Ceuta, possivelmente aparentados com D. Pedro de Meneses, mas não têm qualquer ligação familiar entre si.

⁵³ Campos, *D. Pedro*, 54.

⁵⁴ Num ataque muçulmano à cidade, o capitão saiu imprudentemente para combater o inimigo e acabou por ser ferido. Já regressado à cidade, os dois fidalgos quiseram alertá-lo para os perigos dessas saídas. Gonçalo Nunes ter-lhe-á dito: “Eu não sey, Senhor [...] se vós pensastes bem no aquecimento destas vossas feridas, e o perigo em que vos fostes meter, com o qual pendia toda vossa vida, e honra, e ainda perda desta Cidade, e de quantos em ella estamos, e se o bem pensaste acharees, que errastes muy muito [...] caa deveis de consirar, que o carrego que tendes requiere, que primeiro sejaes bom Capitão, e depois bom Cavalleiro” (Zurara, *Crónica do Conde*, 98).

necessitava de comandar num clima de camaradagem, seguiu-se a liderança mais autónoma e segura, porque já estaria numa posição de elevado crédito militar e político entre os seus pares.⁵⁵

Mas, afinal, como se processou a atividade militar até 1437? Em linhas gerais, distinguem-se as cavalgadas do corso. Tratarei agora das primeiras.

“O enriquecimento pelas armas dificilmente se coaduna com uma guerra defensiva. Daí o primeiro problema do capitão [...]. Era necessário controlar os desejos atacantes, de agressão e saque de uns e elevar a moral e confiança de outros”.⁵⁶ Nos relatos que Gomes E. de Zurara faz destes homens em Ceuta, parecem quase todos e quase sempre dispostos a sair dos muros e ir atacar as povoações próximas. Se por um lado se tratava de estabelecer um perímetro de segurança, obter gado e géneros alimentares para abastecer a cidade⁵⁷ era uma necessidade. Muitos estariam lá para isso: mostrar o seu valor nos feitos das armas.⁵⁸ Este ímpeto da “guerra guerreada”⁵⁹ causou problemas a D. Pedro de Meneses. As surtidas requeriam autorização do capitão e as autorizações significavam fazer escolhas: para uns irem, outros tinham de ficar. Surgiam as tensões porque todos queriam uma oportunidade para combater e obter uma parte do saque. A conflitualidade é, por um lado, entre grupos (nobres, “populares” e os dificilmente classificáveis “almogávares”)⁶⁰ e, por outro, intra grupo(s) (fundamentalmente a aristocracia, porque entre gente das camadas inferiores não o mostra a crónica). Relativamente a este último deve considerar-se a proteção e destaque que cada senhor desejava dar aos homens da sua companhia. Isso agudizava

⁵⁵ Campos, *D. Pedro*, 60.

⁵⁶ Campos, *D. Pedro*, 59.

⁵⁷ Zurara, *Crónica do Conde*, 52. Campos, *D. Pedro*, 70-72.

⁵⁸ Em alguns casos D. Pedro de Meneses via-se compelido a permitir aos homens que saíssem para escaramuçar com os muçulmanos “porque vio que os Fidalgos se anojavão de estarem assy ociosos” (Zurara, *Crónica do Conde*, 52).

⁵⁹ Nuno Campos usa esta expressão para distinguir a prática das cavalgadas como meio de fazer a guerra ao invés das batalhas campais.

⁶⁰ Um caso que me parece revelador dessa rivalidade é uma saída secreta ao vale de Bulhões, proposta por um escudeiro do infante D. Henrique mas que também acompanhava almogávares, de nome Álvaro Guisado. Estando a certa altura na companhia de um almocadém, Afonso Munhóz (Muñoz?), Gomes Fernandes, Lourenço Camalho e João Fernandes, disse-lhes: “Eu nom sei se vós outros esguardais em hum erro, que nós levamos com estes Fidalgos. [...] como elles querem fazer alguma cousa de sua honra, logo nos mandão espiar os lugares, e nós trabalhamos em ello como vedes, e tornamos com elles, e sofremos aquelle mesmo trabalho, mêdo, e perigo tanto, e mais quelles, e emfim nunca dizem, que se as cousas acabão, senão por elles, e de nós outros nunca se falla, senão muito menos, do que nosso grande merecimento requiere; e porem consirei se vos bem parecer, que façamos huma cousa, que se comece, e acabe por nós mesmos, porque nosso grande trabalho ája razão de ser conhecido; ca d’outra guisa sempre estes Senhores quererão comer o rabão com os nossos dentes” (Zurara, *Crónica do Conde*, 79).

as tensões e as desobediências. Estando numa posição social mais próxima do capitão, alguns nobres são os primeiros a não acatar ordens de D. Pedro.⁶¹

Para finalizar a abordagem às cavalgadas, creio ser importante sublinhar diferentes condutas e o papel da ideologia cavaleiresca. Todos queriam destacar-se na atividade militar, mas não o fazem da mesma maneira. Um caso bastante sintomático do desejo de alcançar a honra de cavalaria é D. Sancho de Noronha.⁶² Não está esta questão dentro dos meus objetivos, mas parece que, progressivamente, ela assume um peso maior e sob determinados moldes. Pelo ano de 1435 foi a Ceuta e, estando lá,

consirou, que esperando a vinda dos Mouros, que era incerta; e des-y-er de fazer cavalgadas sobre Aldêas, que pera elle era cousa de pouca honra, vendo como jaa outros de menos valor as fezerom jaa taes, que seria a elle trabalho de os sobrepujar [...]; e porém ouve conselho de hir sobre Tituão, porque era lugar cercado de muros, e Torres, e em que avia Castello de Menagem, e Fronteiros.⁶³

A caminho dessa cidade, foram os portugueses atacados por muçulmanos que acabaram rechaçados; D. Sancho, pelo seu desempenho, foi feito cavaleiro pelo filho do conde, D. Duarte de Meneses. Creio que esta caso reflete as diferentes ambições dos homens em Ceuta. Para este membro de uma das linhagens mais distintas do reino não bastava ser armado cavaleiro num ataque a uma aldeia. Muitos o tinham feito antes dele; além disso, estaria a combater camponeses e pastores, não guerreiros à sua altura. Derrotar o inimigo numa praça como Tetuão – alvo difícil e perigoso – era digno de um cavaleiro. Muitos e bons exemplos de investidura cavaleiresca constam na crónica.⁶⁴ Avançarei agora para o curso.

⁶¹ Numa cavalgada que o capitão liderou, apartaram-se dele e de Gonçalo Nunes Barreto os fidalgos João Pereira e os dois irmãos Cerveira para ir ao vale de Negrão. Um escudeiro de D. Pedro de Meneses advertiu-os: “Como quereis vós isso fazer [...] se vos nom trazeis licença pera ello [...] e se vós que sois os principaes Fidalgos, que aqui estais, quizerdes fazer começo na desobediencia, que exempro ficará aos outros” (Zurara, *Crónica do Conde*, 207-208).

Outro exemplo dessa clara desobediência, durante uma saída contra a Almaça e Água de Ramel, homens dos infantes (não são referidos nomes) não obedecem às ordens dadas e vão, por vontade própria, a uma porta na Taracena. Contudo “o Conde se ouve fracamente no castigo daquelle feito principalmente por serem dos Infantes, temendo-se que chegando com o castigo até hu devia [...] que encorreria em sanha de todos, ou d’algum delles, o que lhe ao diante podia trazer dapno” (Zurara, *Crónica do Conde*, 124-125).

⁶² Era filho de D. Afonso, conde de Gijon e Noronha, e de D. Isabel e, portanto, neto – embora por via ilegítima – dos reis Henrique III de Castela e D. Fernando de Portugal. Foi o primeiro conde de Odemira, doação feita pelo regente D. Pedro, em 1446 (Freire, *Os Brasões*, I, 48).

⁶³ Zurara, *Crónica do Conde*, 396.

⁶⁴ D. Pedro de Meneses quis armar cavaleiros Lopo Vaz de Portocarreiro e Gonçalo Vaz Ferreira durante a defesa de um ataque almogávar muçulmano “por entender, que o mereciam assy por linhagem, como por merecimento de bons feitos; mas elles nom quizerom per nenhuma guisa acceptar aquella honra, per aquella vez, avendo, que a poderiam cobrar em outro tempo com muito mayores merecimentos” (Zurara, *Crónica do Conde*, 345).

Era prática recorrente e aberta a todos porque a saída das embarcações não requeria autorização do capitão. Para alguns (se não muitos) era inclusivamente preferível às cavalgadas, uma vez que não acarretava tantos perigos. Seria um confronto mais seguro e quase sempre mais lucrativo. A rentabilidade material atraía muitos, a começar pelo próprio D. Pedro de Meneses. Nuno S. Campos fez um balanço das presas obtidas em expedições por terra e nas operações navais (relatadas na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*) e, de facto, parece que no corso participavam mais e mais diversos homens e daí se obtinham maiores proventos.⁶⁵ Grande parte das aldeias saqueadas, embora em zonas férteis, eram fundamentalmente agrícolas e pastoris; as embarcações muçulmanas apresadas continham, não raras vezes, mercadorias destinadas ao comércio e, portanto, podiam transportar sedas, panos de ouro, moedas de ouro e prata, joias, enfim, peças de muitíssimo maior valor comercial do que gado ou géneros alimentares.⁶⁶ Não menos importantes eram as presas humanas. Quer nas cavalgadas, quer nas operações navais, contam-se os “mouros” e “mouras” de todas as idades que são feitos prisioneiros. Nuno S. Campos apresenta dois fins possíveis para estes. Caso tivessem uma posição social significativa, procedia-se à remissão individual dos cativos; se não se verificasse, ou desconhecesse, potencial para o resgate, destinavam-se ao mercado de escravos.⁶⁷ Pela facilidade e rentabilidade oferecidas pelo corso, é natural ver-se tantos nomes a ele associados: D. Pedro de Meneses que, embora não participando pessoalmente, possuía uma alargada frota pessoal;⁶⁸ João Pereira “Agostinho”, que tinha duas fustas; os já mencionados Afonso Garcia de Queirós e Luís Gonçalves “Malafaia”; Álvaro Afonso de Aguiar; Gonçalo Vaz de Ferreira, escudeiro de D. Pedro de Meneses; Álvaro Fernandes Palenço;⁶⁹ Álvaro Fernandes do Cadaval; Diogo Vaz de

⁶⁵ Campos, *D. Pedro*, 201-208.

⁶⁶ Casos notórios são os de Afonso Garcia de Queirós, “homem Fidalgo, e esforçado, e muy uzado na guerra dos Mouros”, e de Luís Gonçalves “Malafaia”. O primeiro, estando acompanhado de outros numa fusta de D. Pedro de Meneses, “virom a formosura daquela prêsa, porque alli nom avia cevada, nem feijões, nem outra especie de legumes; mas muitos panos d’ouro, e de seda, e d’outra roupa talhada, cujo valor subio a dez mil coroas” (Zurara, *Crónica do Conde*, 106-107). Luís Gonçalves “filhou huma grande, e poderosa Carraca, partindo de Cepta pera Portugal, a qual andava a trafego de Mouros, e foi achado nella muy grande riqueza, de que este Cavalleiro levou fundamento de viver sempre abastado” (Zurara, *Crónica do Conde*, 315).

⁶⁷ Para os homens que capturavam prisioneiros em terra, a remissão individual seria a “solução” mais simples. Para os que se dedicavam ao corso, o mercado de escravos era mais fácil. No relato cronístico, contudo, este último não é mencionado. Pela análise de Nuno S. Campos isso talvez se deva ao facto de muitos venderem escravos em mercados estrangeiros para assim fugirem ao quinto exigido pelo rei português (Campos, *D. Pedro*, 97).

⁶⁸ Quatro fustas, três bergantins, uma galeota e um alaúde (Campos, *D. Pedro*, 91).

⁶⁹ Para este homem tenho mais reservas do que em relação aos demais mencionados (mas que não referi no capítulo anterior) relativamente à sua condição social.

Portocarreiro; D. Fernando de Noronha; D. Fernando de Castro; e outros haveria, mas a crónica não os revela.

Visto em traços muito gerais como se processou a atividade militar em Ceuta durante as primeiras décadas de presença portuguesa, tornou-se claro que abria oportunidades àqueles que procurassem promoção social e material, concretizando, pela via das armas, o “acrecimento da honra”, mas também do proveito. Não o seria, contudo, na mesma escala para todos. Para uns talvez fosse suficiente ser armado cavaleiro e conseguir arrecadar presas de razoável valor. Para outros os objetivos seriam mais ambiciosos. Obtendo o reconhecimento dos seus superiores – desde o capitão até à cabeça da Coroa, o rei –, podiam almejar a nomeação para cargos militares ou ligados à administração do reino, receber doações, serem-lhes atribuídas tenças ou comendas e, creio que reservada para uma elite da qual fariam parte apenas as principais linhagens, a titulação. Aproveito esta questão para abordar o caso de D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, 1.º conde de Vila Real e 2.º de Viana do Alentejo.

3.2. Um Projeto de Recuperação Linhagística: D. Pedro de Meneses e a Capitania de Ceuta

Era D. Pedro filho de D. João Afonso Telo, conde de Viana do Alentejo, e de D. Maior Portocarreiro, primo em segundo grau de D. Afonso João Telo, conde de Barcelos, e da rainha D. Leonor Teles.⁷⁰ Na sequência da crise de sucessão dinástica, depois do assassinato do seu pai por ter adotado o partido contrário ao do Mestre de Avis, foi exilado para Castela com a sua mãe.⁷¹ Nuno S. Campos aponta o regresso a Portugal algures entre 1403 e 1407, sendo que neste último ano aparece como testemunha nas cortes de Évora.⁷² Era para todos os efeitos uma presença discreta, bem longe de ter a preponderância que os seus antepassados tiveram. Tal é compreensível, uma vez que se tratava de um membro dessa linhagem ‘maldita’. Seria difícil, ou pelo menos moroso, recuperar a visibilidade social e credibilidade política que tivera a sua família.

A capitania de Ceuta – tarefa indesejada pelos principais nobres, como já foi visto – surgia então como oportunidade de redenção. Não sei se o plano de recuperação

⁷⁰ Freire, *Os Brasões*, I, 117-122.

⁷¹ Freire, *Os Brasões*, I, 121.

⁷² Campos, *D. Pedro de Meneses*, 46-47. A reintegração dos Meneses exilados em Castela pode ter sido facilitada pela presença de parentes que, essencialmente por via feminina, estiveram do lado de D. João I na crise, como por exemplo D. Lopo Dias de Sousa (filho de Maria Teles), D. Álvaro da Cunha (filho de Leonor Teles pelo seu primeiro casamento com João Lourenço da Cunha) e D. Martinho de Meneses (filho de Gonçalo Teles) (Cunha, *Linhagem*, 54-55. Campos, *D. Pedro*, 194).

linhagística estaria, desde agosto de 1415, bem definido e calculado por D. Pedro. O certo é que, a longo prazo, concretizou-se e com excelentes resultados. À importantíssima gestão da praça e bom desempenho militar, que lhe valeram a confiança e reconhecimento de D. João I e de D. Duarte, acrescentou-se a estratégia matrimonial construída pelo capitão. Como procurou provar Nuno S. Campos, os casamentos de D. Pedro, e ainda mais os das suas filhas legítimas, foram ‘cirúrgicos’, isto é, pensados de modo a reentrar na mais alta esfera social do reino. Resumidamente, vejamos as alianças do capitão.

Casou antes de 1419 com D. Margarida de Miranda, filha de D. Martinho Pires da Charneca, arcebispo de Braga. Desta união nasceram D. Beatriz e D. Leonor de Meneses. Nuno S. Campos sublinha que este casamento proporcionou a D. Pedro, fundamentalmente, uma melhoria em termos económicos já que, do ponto de vista de posição social, não apresentava vantagens substanciais.⁷³ No ano de 1419, já na qualidade de fronteiro de Ceuta, ficou acordado que casaria com D. Filipa Coutinho, filha do marechal Gonçalo Vaz Coutinho. A noiva morreu na viagem para Ceuta, mas em 1426 surgiu uma nova e concretizada aliança com os Coutinho: uma sobrinha do marechal, filha de Fernão Coutinho, D. Beatriz. Deste casamento nasceu D. Isabel Coutinho. Independentemente de a iniciativa de estabelecer laços entre Meneses e Coutinho partir do infante D. Duarte, as duas famílias teriam o máximo interesse neles. A D. Pedro aproximava-o de uma das famílias então mais bem colocadas politicamente no reino; aos Coutinho proporcionava uma ligação familiar prestigiante porque desde 1424 era D. Pedro conde de Vila Real.⁷⁴ No ano de 1433, o mesmo em que recebeu o condado que fora de seu pai (Viana do Alentejo), casou com D. Genebra Pessanha, filha do almirante Carlos Pessanha. O dote da noiva era o almirantado; em caso de não haver descendência, o cargo regressaria ao sogro, o que veio de facto a acontecer. Esta união foi essencialmente favorável aos Pessanha porque estreitaram laços com uma linhagem que cada vez mais se assumia como uma das principais do reino. Outros filhos do conde eram D. Aldonça, D. Isabel e D. Duarte de Meneses. Só do último pude saber que foi mãe uma Isabel Domingues.⁷⁵

As filhas naturais casaram com membros de linhagens mais modestas, mas que garantiam o fortalecimento das redes de solidariedade de D. Pedro de Meneses. A mais

⁷³ Campos, *D. Pedro*, 150-151.

⁷⁴ Campos, *D. Pedro*, 143. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)* (Cascais: Patrimonia, 1999), 59-60.

⁷⁵ Campos, *D. Pedro*, 195.

velha, D. Aldonça, casou primeiro com Rui Nogueira, cavaleiro da casa do infante D. Duarte e alcaide-mor em Lisboa; a segunda com Luís de Azevedo, cavaleiro do infante D. Pedro. A segunda filha com Rui Gomes da Silva, que foi alcaide de Campo Maior e Ouguela, conselheiro de D. João I e de D. Duarte depois de ter regressado de Ceuta, onde permaneceu de 1415 a 1427.⁷⁶ Quanto a D. Duarte de Meneses, teve do pai a herança guerreira, foi conde de Viana de Caminha, um valente cavaleiro e morreu na serra de Benacofú para proteger o seu senhor, D. Afonso V, durante uma apressada e trágica retirada militar.

As filhas legítimas uniram-se com as principais casas nobres: Noronha, Bragança e Castro. D. Beatriz casou com D. Fernando de Noronha, o qual herdou a capitania de Ceuta e o condado de Vila Real, por via do casamento. D. Leonor foi mulher de D. Fernando, 3.º duque de Bragança.⁷⁷ D. Isabel Coutinho foi, em primeiro lugar, casada com D. Fernando de Cascais, senhor de Soalhães. Após a morte de D. Duarte, tomaram o partido da rainha D. Leonor e por isso exilaram-se em Castela em 1440. Morrendo D. Fernando no mesmo ano, D. Isabel casou em segundas núpcias com João Freire de Andrade.

Traçado este quadro familiar, percebe-se que D. Pedro de Meneses evoluiu de uma posição delicada em 1415 para um dos poucos nobres titulados em 1437; era o único conde que não estava aparentado com a família real. Prova que, de facto, a capitania de Ceuta, o prestígio e os proveitos económicos que retirou da sua atividade na praça africana, permitiram-lhe encetar um projeto de recuperação da memória dos Meneses.

4. Nova Dinastia, a Mesma Nobreza?

Deixei no primeiro capítulo a ressalva de que neste ponto não pretendo trazer novos dados, apenas deixar questões que foram surgindo no desenvolvimento do trabalho. A crise de 1383-85 provocou, como vários autores já o demonstraram, profundas alterações no reino. A começar pelo corpo social da nobreza.

⁷⁶ Este Rui Gomes era filho de Aires Gomes da Silva, o Velho, e de Estavinha Martins (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 523).

⁷⁷ O seu pai, também Fernando, conde de Arraiolos, foi favorável às expedições militares no Norte de África onde, de resto, foi assíduo. Deslocou-se a Ceuta aquando da tentativa de resgate do infante D. Fernando, foi capitão de Ceuta entre 1445 e 1451, e participou na conquista de Alcácer Ceguer em 1458. Vários Bragança estiveram presentes em diferentes e importantes feitos militares em Marrocos (Cunha, *Linhagem*, 139-140).

Uma guerra civil opôs os partidários de D. Beatriz, filha de D. Fernando, rainha de Castela pelo seu casamento com João I de Castela, e o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I. Depois de o doutor João das Regras ter “provado” a ilegitimidade dos principais candidatos ao trono – D. João e D. Dinis de Castro – porque o casamento de D. Pedro I com D. Inês de Castro não teria existido, o mestre afigurara-se o único legítimo candidato à Coroa portuguesa. De mestre passou a rei, o primeiro de nome João, e fundador da dinastia com o nome da Ordem religiosa que fora a sua: Avis.

Mas que consequências, em linhas gerais, resultaram da crise para a nobreza? Alguns letrados e burgueses que apoiaram o mestre foram nobilitados, como João Vaz de Almada⁷⁸ e os doutores Martim do Sem e João das Regras. O legado deste último foi extinto por dele não ter havido descendência. Relativamente à nobreza, alguns apoiaram o rei castelhano desde o início, como foi o caso de João Rodrigues de Portocarreiro, depois exilado em Castela, e de D. João Afonso Telo, assassinado em 1384. Relativamente a outras famílias não parece ter havido atuação em bloco, isto é, verifica-se fratura em algumas linhagens. Foi o que aconteceu com os Pereiras. Estando Nuno Álvares do lado do mestre, os irmãos combateram em Aljubarrota por D. Beatriz. Houve casos de apoio inicial, mas mudança de posição depois de 1385. Martim e Lopo Vaz da Cunha passaram-se para Castela, respetivamente, em 1396 e 1397. Álvaro Gonçalves Camelo esteve exilado entre 1399 e 1403. Apoiantes incondicionais de D. João I e heróis da batalha de Trancoso foi Gonçalo Vaz Coutinho, que assim conseguiu elevar a sua linhagem à proximidade da Coroa, saindo de uma condição secundária e quase confinada ao território das Beiras. Não vi muitas referências à atuação dos Castelo Branco e Barreto durante a crise, embora o mais provável tenha sido tomarem o partido do mestre.

Como encaixam todos estes protagonistas na conquista de Ceuta em 1415? D. Álvaro Gonçalves Camelo esteve em Ceuta. Gil Vaz da Cunha, segundo Anselmo B. Freire, passou-se temporariamente para Castela entre 1397 e 1402. Viu-lhe serem restituídos bens que possuía antes de abandonar o reino, exceto o cargo de alferes-mor

⁷⁸ O percurso desta família é talvez, dentro deste conjunto de que falo, o mais impressionante. João Vaz era um burguês de Lisboa; foi nobilitado por D. João I (Mário Farello, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, [Tese de Doutoramento], (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009), 664-665). Um dos seus filhos, Álvaro, companheiro do infante D. Pedro até à morte no campo de Alfarrobeira, atingiu um patamar de que poucos nobres podiam orgulhar-se: cavaleiro da Ordem da Jarreteira e conde de Abranches (1446). Ou seja, numa geração evoluiu uma linhagem da condição burguesa, à de nobreza titulada.

que, no seu regresso, já estava ocupado por João Gomes da Silva.⁷⁹ Combateu na conquista de Ceuta. D. Pedro de Castro, filho de Álvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos, esteve por Castela até 1387, regressando então a Portugal e ocupando lugar na armada régia em 1415. D. Pedro de Meneses e o filho de D. Leonor Teles, Álvaro da Cunha, também estiveram. Este último talvez não fosse muito grato ao partido da meia-irmã, já que os meios pelos quais a mãe desposara o rei D. Fernando não foram os mais corretos. Também D. Lopo Dias de Sousa era afeto ao mestre de Avis, e esteve presente em Ceuta, embora fosse sobrinho da anterior rainha que foi, aliás, quem lhe atribuiu o mestrado da Ordem de Cristo. Estêvão Soares de Melo, filho de Martim Afonso de Melo que, segundo consta, foi o primeiro a assumir-se pelo partido castelhano, embarcou igualmente na armada régia para Ceuta e lá ficou ao serviço do rei português. Não menos significativa foi a presença de D. Fernando de Eça, filho do infante D. João de Castro, que tinha sido afastado da pretensão ao trono.

As consequências não terão sido tão lineares como crescerem política e socialmente os apoiantes e desaparecerem os opositores. A primeira impressão que fica é que as relações familiares parece não implicarem uma atuação concordante dentro das linhagens. Em muitas famílias é necessário analisar o percurso individual de cada membro, e não procurar encaixar as opções tomadas na crise em termos de família. A segunda ideia é que descendentes de opositores manifestos de D. João I tiveram oportunidade de regressar ao reino e (re)construir a memória dos seus antepassados. Caso contrário não se veria o conde D. Pedro, descendente por via masculina dos Meneses e de um irresoluto defensor da causa castelhana, a combater ao lado de D. João I em Ceuta. A oportunidade foi tal que lhe permitiu ser um dos pouquíssimos nobres titulados em Portugal nas primeiras décadas do século XV e estabelecer uma base patrimonial vasta e bastante rica.

Conclusão

A conquista de Ceuta em 1415 marcou decididamente uma nova fase e novos rumos da história de Portugal. Para os homens que a conquistaram, talvez se tenha tratado de mais uma campanha militar no meio de tantas outras. Talvez não soubessem que era para ficar e defender a praça por el-rei de Portugal. Quando o souberam, alguns opuseram-se à ideia e muitos não quiseram ficar.

⁷⁹ Freire, *Os Brasões*, I, 169. Contudo, A. M. F. P. de Vasconcelos apresenta um quadro ligeiramente diferente. Não há indicação de que tenha ido para Castela, e aparece como alferes-mor (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 347-349).

É compreensível; pelas palavras que Zurara colocou na boca de anónimos, as dúvidas sobre a viabilidade do projeto régio eram partilhadas por muitos. Contudo, os “populares”, os criados, alguns vassallos, enfim, os dependentes do rei e dos “principais”, não terão tido escolha; os grandes senhores tinham e parece que não estavam dispostos a arriscar ficar. Calculariam que seria uma experiência difícil, perigosa pelas prováveis e frequentes contra-ofensivas muçulmanas, e onde havia muito a perder. As altas esferas da nobreza, terra-tenente poderosa e influente ou detentora dos mais importantes cargos palatinos, prefeririam jogar pelo seguro e não parecem ter abraçado o projeto marroquino, pelo menos pessoalmente. O máximo que poderiam fazer era enviar gente da sua casa. Os demais, pequenos proprietários, linhagens secundárias ou os membros de famílias prestigiadas, mas sem provável acesso a afortunadas heranças ou cargos de relevo, procuraram pela via das armas distinguir-se e obter a “honra e proveito” em Ceuta. Portanto, pela análise da crónica a impressão que fica dos primeiros anos é a de que só uma parte da nobreza quis fazer parte desse projeto. Ficaram então membros dos Castelo-Branco, Azevedo, Barreto, Malafaia, entre outros, numa prolongada presença.

O cenário difícil agudizou-se no grande cerco de 1418-19 mas a resiliência dos guerreiros portugueses venceu. Depois verificam-se alterações no comportamento da aristocracia relativamente ao Norte de África. Os relatos da *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* mostram o regresso ou a vinda de membros das famílias do topo da nobreza, como os Castro, os Noronha ou os futuros Bragança. Ainda assim, não se entrevê uma participação nos mesmos moldes das linhagens secundárias; de uma maneira geral, não permanecem por longos períodos em Ceuta. E mantém-se a participação mais assídua dos secundogénitos.

Observam-se comportamentos e ambições diferenciadas por parte dos nobres presentes em Ceuta, talvez condicionados pela posição do conjunto da família no reino. Participando em cavalgadas ou no corso, cada um procurava acrescentar a si e à sua linhagem prestígio e património. Todos estavam na praça marroquina para guerrear e defender a cidade que era então da Coroa portuguesa, mas não retirariam dessa presença as mesmas contrapartidas, nem na mesma proporção. O caso do primeiro fronteiro de Ceuta, D. Pedro de Meneses, é francamente notável. Conseguiu reconstruir e acrescentar património a uma linhagem que escolhera o partido errado em 1385. Elevou novamente o nome de Meneses ao topo da hierarquia nobiliárquica do reino, associando as suas filhas às três casas mais importantes e influentes.

Feitas estas considerações, pode-se dizer que Ceuta era, durante a cronologia analisada, o único espaço disponível à nobreza para o exercício das armas. Os seus homens não o desperdiçaram e usaram-no para seu proveito material e social. Serviram os reis portugueses e a fé, (re)construindo o ideário cruzadístico e cavaleiresco. Foram um corpo essencial no projeto régio e no arranque da expansão portuguesa no Norte de África. Alcançaram pelos seus feitos militares, como em séculos anteriores, tanta ou mais “honra e proveito”.

Fontes

Impressas

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. Joham I.* Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses.* Porto: [s.n.], 1988.

Bibliografia

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dirs.). *Nova História Militar de Portugal.* Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume I.

Campos, Nuno Silva. *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437).* Lisboa: Colibri, 2004.

Cruz, Abel dos Santos. *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV: 1415-1464.* Porto: Edição de Autor, 1995.

Cunha, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483).* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

Farelo, Mário. *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433).* [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

Farinha, António Dias. *Os Portugueses em Marrocos.* Lisboa: Instituto Camões, 1999.

Freire, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra.* 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. 3 Volumes.

Gomes, Saul António. *D. Afonso V: o Africano.* Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. *Os Filhos de D. João I.* Lisboa: Ulisseia, 1998.

Mattoso, José (dir.). *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Volume 2.

Moreno, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979-1980. 2 Volumes.

Oliveira, Luís Filipe. *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452).* Cascais: Patrimonia, 1999.

Paiva Manso, Visconde de. *Historia Ecclesiastica Ultramarina.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1872. Tomo I.

Marques, António H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV.* Lisboa: Editorial Presença, 1986.

Sousa, João Silva de. *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique.* Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de. *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.